

Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia¹

John Cordell

Pescaria Marginal na Bahia

Uma pequena cidade situada num emaranhado de mangue de um estuário da Bahia (Brasil) não parece ser o tipo de lugar que possui uma tradição em sistema de apropriação social do espaço marítimo ou uma pesca produtiva. Comunidades pesqueiras tradicionais espalhadas pelo mangue são socialmente marginalizadas. De algum modo, o mangue merece a reputação de ponto de não retorno- refúgio dos marginalizados, dos catadores de caranguejo, dos sem-terra e sem-raízes; um local onde aquele que não tem para onde ir sempre pode encontrar um marisco ou um peixe miúdo para comer e manter-se vivo. Ainda assim, a combinação especial de isolamento espacial e cultural que existe à margem da sociedade ao sul de Salvador abrigou e incentivou a existência de comunidades de pescadores coesas, distintas e independentes.

Os “beirados”, gente que pesca nas águas rasas dos estuários e recifes entre Salvador e Abrolhos ainda trabalha principalmente em canoas a vela, usando equipamentos tradicionais como linhadas, redes, covos e cercos na captura de mais de 200 espécies de peixes e mariscos. A pesca em estuários é considerada como de livre acesso no Brasil. No entanto, isso não impediu que os beirados desenvolvessem suas próprias “Leis do Mar” e concebessem reservas particulares nas áreas de uso comum. Este estudo descreve as principais funções de um sistema de apropriação social do espaço marítimo que se desenvolveu em condições de extrema exclusão social no sul da Bahia, terminando com uma análise dos impactos de projetos desenvolvimento sobre a pesca artesanal.

No momento em que grandes empresas de pesca e mercados interestaduais dominam a pesca artesanal e industrial na maioria do território brasileiro, os pescadores artesanais da Bahia lutam para controlar os territórios marítimos dos mangues, estuários e recifes de coral. Eles ainda são responsáveis pelo desembarque de 70% das capturas no litoral sul. A pesca para subsistência e para complementação de renda é uma alternativa essencial para o modo de vida dos pobres dessa região. As atuais comunidades marítimas predominantemente negras foram formadas por gerações sucessivas de trabalhadores excluídos das plantações do interior. Não conseguindo firmar-se numa economia em expansão, voltaram-se para o mar e colonizaram a zona litorânea. Ainda que a pesca artesanal tradicional tenha-se desenvolvido num contexto de pobreza e marginalização social permanente, alguns círculos de pescadores consolidaram seu controle sobre espaços marítimos valiosos e estabeleceram sistemas de alocação de direitos de pesca.

Tradicionalmente, a pesca artesanal se realiza a partir de portos locais que suprem para mercados pequenos. Artes de pesca, como o “calão” – pequena rede de cerco – pouco mudaram desde que introduzidas pelos colonizadores portugueses no século XVI. **Com**

¹ Publicação original:

Cordell, J. 1989. Social Marginality and Sea Tenure in Bahia. In: Cordell, J. (ed.). *A Sea of Small Boats*.

o tempo, o controle de pontos de pesca se concentrou em diferentes unidades de apropriação territorial, desde grupos levemente conectados de mestres de pesca e grupos familiares a extensos grupos de parentesco e mestres de canoas individuais que controlam um sistema complexo de locais de lanços de rede.

Quase todas as especialidades de pesca supõem tipos de direitos territoriais de uso. Padrões de uso do espaço pesqueiro estão incrustados em torno de vilas, vizinhanças dentro das cidades, estabelecimentos rurais e povoados. Os nativos pescam de acordo com o que consideram direitos que lhes dão acesso a pedaços dos estuários. As condições dessa apropriação variam segundo turnos de lançamento de redes para a captura de peixes migratórios, que duram horas ou alguns dias, até direitos privados cobrindo áreas de reprodução de espécies, corais e locais de lanços de rede definidos pelo ciclo lunar (Cordell, 1974). A mobilidade relativa dos equipamentos de pesca e embarcações, sazonalidade, zoneamentos micro-ambientais, ciclos de vida das espécies de peixes e diversas variáveis sociais também influenciam os arranjos de pesca em determinados locais. Direitos de pesca são tradicionalmente transmitidos para um número limitado de aprendizes ou parentes, ou de acordo com relações sociais duradouras ligadas à atividade pesqueira.

É importante inicialmente notar que as formas de apropriação do espaço marítimo praticadas nas zonas costeiras da Bahia não tem reconhecimento formal. Ainda assim, contradizem os códigos pesqueiros nacionais, segundo os quais as águas territoriais brasileiras são propriedade comum de livre acesso. Oficialmente, desde que as embarcações sejam nacionais e registradas num porto brasileiro, elas podem circular em qualquer lugar, pescando qualquer quantidade de peixe. No entanto, não existe uma fiscalização efetiva. As instituições oficiais não têm capacidade para manejar efetivamente a atividade pesqueira.

A existência da pesca artesanal baiana fora das esferas institucionais oficiais de pesca coloca considerações interessantes de manejo pesqueiro: o que acontece quando os pescadores são deixados à sua própria sorte? Os recursos e as atividades pesqueiras tornam-se não manejados? Os pescadores locais consideram seus habitats como áreas de uso comum, de acesso sem limites para a exploração dos recursos pesqueiros? A pesca estaria destinada ao que o polêmico Hardin (1968) denominou de “tragédia dos comuns”? Mais ainda, como a pesca exercida em condições de permanente pobreza se insere na equação? As populações pobres do Terceiro Mundo não são consideradas capazes de manter o luxo da conservação dos recursos (IUCN, 1980). Da mesma forma, segundo algumas teorias da cultura da pobreza sobre a América Latina, a marginalidade social é vista como o principal obstáculo a qualquer organização comunitária adaptativa ou ao manejo estável dos recursos naturais (Oberg, 1965, Lewis, 1952, Varallanos, 1962, Pearlman, 1973, Lobo, 1982). Dessa forma, pode-se esperar que a pesca artesanal no sul da Bahia venha exacerbar o problema da proteção e manejo dos recursos marinhos tropicais.

Inicialmente, é difícil conceber como grupos sociais politicamente fracos de pescadores de canoa possam manter grandes áreas do espaço costeiro que a lei brasileira define como propriedade comum. Dessa forma, devemos investigar como os pescadores legitimam suas demandas de apropriação de recursos na ausência de qualquer medida legitimadora vinda do exterior das comunidades e o que ocorre aos direitos tradicionais, quando os mercados modernos e as frotas industriais penetram nas áreas que outrora

foram bancos de pesca isolados. A pesca local de cerco apresenta interesse especial porque contém uma força e paradoxos ocultos relacionados com o viver e trabalhar nos limites da marginalidade. A sociedade de classes nega aos pescadores a possibilidade de ser proprietários de terra, mas permite-lhes criar, manter, transferir e defender direitos de pesca fora da Lei do Mar oficial. Essas práticas ameaçam os pressupostos centrais do paradigma da propriedade comum, na medida em que se refere à natureza da concorrência, filosofias e estratégias de uso entre grupos sociais pobres e às origens dos problemas da pesca predatória em ambientes marinhos.

Não é necessariamente por respeito à tradição, profissionalismo ou amor ao mar que muitos pescadores da Bahia hoje trabalham nas canoas, vasculhando os mangues dia a dia, muitas vezes não tendo nada para comer a não ser a isca de caranguejo tirada de suas linhas e armadilhas. Viver nos mangues é a medida derradeira da exclusão social; não há volta possível para a economia brasileira moderna. Os pescadores de canoa não estão envolvidos de forma estável com o mercado e muitas vezes suas estratégias costumeiras de pesca falham. A aristocracia rural tem uma expressão para essa disjunção: “o fim da rua é o fim da gente”. Os moradores dos mangues representam o atraso que o governo finge não mais existir nessa parte do país.

Na hierarquia econômica brasileira, a pesca, em geral, apresenta pouca visibilidade e representa uma parcela ínfima do produto bruto nacional e da produção agrícola total. Os pescadores artesanais, que têm uma imagem de primitivismo e ineficiência, são muitas vezes considerados responsáveis pela baixa produtividade de sua atividade. Ainda assim, contribuem substancialmente para a existência de uma arte culinária baiana, apreciada internacionalmente, para a manutenção da indústria turística, e para o fornecimento de pescado fresco para o mercado doméstico. No entanto, as autoridades responsáveis pela pesca não levam em conta o valor de sua produção.

Na vizinhança das comunidades de pescadores as pessoas se esforçam para se dissociar do estigma da exclusão social. No Brasil, ser visto como “marginal” não significa somente ser pobre e sujo, mas também ignorante, sofrer de ausência de caráter e, possivelmente, criminoso. (cf. Pearlman, 1973) A maioria dos pescadores recusa esse estereótipo. Eles conseguem transformar essas limitações sócio-econômicas em formas compensatórias de liberdade de conduta e expressão. Na zona rural da Bahia, os pescadores artesanais, até aqueles dependentes de credores e intermediários, são seus próprios patrões. Eles dizem: a vida aqui é difícil, mas livre. Não se submetem ao negativismo, mas se aproveitam de seu isolamento cultural e espacial para trabalhar sem levar em conta as burocracias governamentais. Eles conseguem evitar o pagamento de licenças para suas embarcações ou as contribuições para as corruptas colônias de pesca, comercializando grande parte de suas capturas em mercados clandestinos para evitar o pagamento de taxas.

Isso não significa que os pescadores escapem totalmente do processo de marginalização. As famílias de tempos em tempos passam fome ou ficam adoentadas. Uma psicologia de oportunismo caótico perpassa algumas favelas, onde para se conseguir alguma coisa outros devem arcar com os custos. Muitas adaptações positivas se desenvolveram nas comunidades de pescadores que, ao menos, parcialmente compensam as pressões da escassez e da exclusão social. Através de cadeias de relacionamentos pessoais e de parentesco, os pescadores apoiam-se mutuamente. Cooperação e reciprocidade combatem a escassez de alimentos, ajudam a construir as habitações, o provimento de

remédios e de roupa, facilitam a necessidade constante de reparo nas embarcações. Assim como a marginalidade tem o potencial de criar caos econômico, espalhar sofrimento e rupturas na comunidade, pode também incentivar ações coletivas inovadoras e adaptativas.(Lobo, 1982; Lomnitz, 1977 ;Pearlman, 1973).

A pesca tradicional de canoa não se enquadra no estado competitivo enunciado pela “tragédia dos comuns” de Hardin (1968), provocando a ruína em situações de propriedade comum. Idéias similares encontram-se na bibliografia antropológica e biológica sobre a pesca. Mesmo os estudos que admitem a importância da cooperação entre pescadores assinalam a existência de comportamentos individualistas. Como Muir & Muir (1982) escrevem sobre as comunidades marítimas:

“O pescadores não se consideram provedores de seus irmãos. Um sentimento de responsabilidade comum está na base da competição anárquica da pesca estuarina, mas o altruísmo não é uma força de união”.

Mais adiante assinalam:

“É importante destacar que as relações entre pescadores, ainda que igualitárias, não são baseadas na amizade. Amizade implica numa relação emocional que ultrapassa as vantagens econômicas. Você daria sua própria camisa ao amigo. Isso torna o amigo um dependente econômico...As relações sociais dos pescadores não se baseiam em laços emotivos de amizade”.

Esses observadores não conseguem levar em consideração as correntes poderosas de reciprocidade e cooperação que limitam a competição potencialmente destruidora e sua capacidade em manter sistemas de manejo de recursos naturais. As escolhas sociais e econômicas disponíveis aos pescadores marginais são bem mais complexas que uma simples dicotomia entre o partilhar altruístico e a anarquia competitiva.

Um código de honra que os pescadores chamam de “respeito”, intimamente ligado à reciprocidade, forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao “respeito” vai além de um cerimonial na pesca: ela liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que o capital é escasso, o “respeito”, especialmente no que toca ao pagamento de dívidas resultantes de favores, é a medida da dignidade das pessoas. É impossível pescar por muito tempo na área sem o “respeito”. É primariamente no contexto da reciprocidade, no quadro geral da marginalização social, que os direitos ao espaço marítimo e à pesca são estabelecidos e regulamentados.

A tradição da pesca de calão

A pesca de calão, um tipo de rede de cerco de águas rasas operado por oito pescadores em canoas de 6 a 10 metros, é o foco histórico da economia rural marítima das regiões meridionais da Bahia. A renda gerada por esta pesca filtra-se através dos circuitos da vizinhança. Novas redes podem custar de \$200,00 a \$700,00 dependendo do tamanho e da qualidade do fio. Uma rede de calão de 200 a 300 metros de comprimento normalmente representa o investimento de todas as economias de um mestre. Poucas redes são compradas novas e são freqüentemente herdadas em vários estágios de uso,

necessitando de concertos contínuos. Possuir tal rede é a mais alta aspiração de um pescador e demonstra a marca de um status social elevado. Essa rede é apropriada para capturar grandes cardumes de peixes que se reproduzem em estuário, em particular diversas espécies de bagres marinhos, como *Taxhysurus luniscutis* e *Genidens genidens*.

Possuir uma rede grande de cerco ou calão é considerado como algo que traz boa sorte. Nada melhor pode acontecer ao pescador que trazer uma ou mais canoas cheias de bagre, que é muito apreciado pelo seu gosto e maciez, e a tripulação da rede de calão pode desembarcar muitas centenas de quilos desse peixe de uma única vez. Quando a captura é grande, parte dela é freqüentemente deixada em um “viveiro”.

Não é principalmente o potencial de lucro que faz esse tipo de pesca uma atividade importante, pois o bagre tem um preço de mercado relativamente baixo. O mais importante é que uma boa pesca de calão confirma a fé de pescador em que Deus continuará a lhe enviar grandes quantidades de peixes.

O mestre fica muito orgulhoso em presentear esse peixe aos amigos e parentes e usar sua parte da pescaria para pagar dívidas com o comerciante ou oferecer rodadas de cerveja aos amigos, “botando banca”. Um bar cujo chão está cheio de garrafas quebradas de cerveja ao amanhecer é sinal de grande sorte e habilidade do mestre (garrafas de cervejas vazias são muito valorizadas como recipientes e portanto quebrá-las é uma extravagância).

A cerveja é mais valorizada que a cachaça e os mestres e contra-mestres bebem cerveja ao passo que a tripulação bebe cachaça (Forman, 1970). A pesca de calão é uma oportunidade para muitos dramas sociais e para resolver diferenças, prestar ou retirar favores, agradecer ou criticar companheiros, mobilizando os participantes em uma teia de relações sociais. Ela pode resultar em conflitos em virtude dos ganhos e perdas. Os riscos são igualmente grandes, pois freqüentemente há pouco tempo para lançar e recolher a rede durante a maré e levar o peixe sem gelo ao mercado nas horas de pico. Muitos participam na sequência dos lanços (algumas vezes com tripulações de oito a dez homens cada) e os pescadores gastam muitas horas debatendo o que se passa na pesca do calão.

O que é resumido aqui de suas conversas indica a maneira pelo qual o espaço marítimo é nomeado, apropriado, repartido e governado pelo “respeito”, o código ético afim de minimizar os conflitos e regulamentar o acesso aos melhores lugares onde a rede é lançada. No entanto, para se entender as formas específicas de apropriação territorial e como elas funcionam nos diferentes tipos de bancos de pesca é preciso uma discussão sobre ecologia estuarina e de zoneamento de territórios.

A pesca de calão deve levar em conta, acima de tudo, as mudanças de maré nos estuários e enseadas que levam às áreas de mangue. Um sistema de classificação de marés baseada nas fases da lua coordena toda atividade pesqueira (Cordell, 1974), possibilitando aos mestres monitorar de perto o comportamento, as rotas migratórias e o ciclo de vida dos peixes. Na medida em que a previsão de concentração de peixes em determinadas áreas depende da maré, do tempo e de outros ciclos naturais, as operações com as redes de cerco são atividades altamente especializadas. Espaços marítimos localizados favoravelmente são muito procurados e os locais de lançamento da rede são

hierarquizados segundo critérios como facilidade de acesso durante tempo ruim, distância do porto, história de capturas anteriores etc.

Ao longo da história da pesca de calão, os mestres conseguiram controlar espaços privilegiados de água, que apresentam limitações espaciais específicas no interior de um ciclo lunar, lançando as bases para um sistema de apropriação social do espaço marítimo, cujas porções variam de 400 a 600 quilômetros quadrados de superfície. A área é delimitada pela distribuição das espécies próximas à costa e pelo fato que as canoas a vela ou mesmo motorizadas não poderem levar muito gelo e manobrar com segurança em alto mar. Na região norte, em torno do porto de Valença, existem 258 pesqueiros tradicionais para lanço de peca de calão, distribuídos por estações e ciclos lunares. Pelo fato das margens do estuário serem banhadas pelas correntes marítimas, as marés de primavera nas áreas interiores são como marés baixas nas áreas externas e vice-versa. Os pescadores podem portanto utilizar a maioria de seus equipamentos de pesca todos os dias, na medida em que escolhem locais apropriados segundo o regime diário de maré.

Os pesqueiros são as unidades básicas de apropriação social de espaço marítimo, no entanto cada um deles comporta o uso de uma variedade de métodos de pesca (linhas de mão, redes de lanço, armadilhas etc.). São divididos em lanços ou os menores espaços aquáticos determinados pelas mudanças noturnas e diurnas de maré, visibilidade durante as várias fases da lua, posição do lanço em relação ao relevo de fundo, interações do vento e das correntes, de forma que pescadores usando diferentes técnicas não se atrapalhem em suas atividades.

Em razão do zoneamento no interior de cada pesqueiro, não há coincidência de lanços. Os pesqueiros ganham nomes particulares, oriundos de indicadores de fronteiras, acontecimentos durante a pesca e outras características. Ao pescar, os mestres nomeiam e definem direitos e propriedades a todas essas pequenas porções do espaço definido pela maré lunar.

Demandas sobre os pesqueiros têm importância como pontos de referências geográficos somente no contexto do calendário lunar. A pesca de cerco e quase toda a pesca em canoa se movimentam em um circuito de áreas ativadas pelo ciclo de marés ao longo do litoral nordeste; no momento em que a maré começa a subir eles se locomovem para dentro do corpo principal dos pesqueiros na maré alta, a atividade muda para a região sul e finalmente na maré vazante os barcos se dirigem para os canais principais.

É impossível determinar como e quando esse sistema de apropriação do mar se desenvolveu na região, pois não existem informações ou leis que legitimem as demandas dos pescadores. Ainda assim, espaços marítimos controlados pelas comunidades, indivíduos e relações sociais, sempre existiram na memória dos mais antigos mestres de pesca.

O conhecimento do sistema é repassado a um limitado número de aprendizes, o que pode durar de 10 a 15 anos. Nem todos os aprendizes tornam-se especialistas na arte do lanço e nem todos os donos de rede herdaram acesso aos pesqueiros mais valorizados. Mestres com menos experiência só trabalham em áreas marginais aos pesqueiros onde novos pontos de pesca podem ser identificados. Existem também zonas-tampão entre os povoados, onde os direitos de acesso são pouco claros. No entanto, mesmo nas áreas

marginais, acordos especiais existem para o exercício de direitos de lanço de maneira bem ordenada e seqüencial.

Relações Sociais Tradicionais

A linha costeira da Bahia é marcada por estuários, manguezais e recifes de coral. Essas águas relativamente protegidas facilitam a demarcação das reivindicações sobre os pesqueiros. Além disso, a proximidade desses pesqueiros favorecem o controle por parte dos pescadores. Entretanto, somente essas condições não explicam as origens do sistema de apropriação dos pesqueiros ou como ela é legitimada. Essas questões se afastam de considerações meramente ambientais, entrando no domínio da ideologia e da pesca socialmente aceitável.

Um aspecto dessa apropriação na Bahia é que o pescador não necessita estar sempre presente para defender seu território. Os pescadores tem em alta consideração “o respeito”; desta maneira respeitam as reivindicações dos outros.

O respeito é criado e reafirmado através de atos as vezes substanciais e as vezes triviais, bem como por gestos de benevolência recíproca. Uma ilustração deste código de honra é a maneira pela qual os pescadores agem quando encontram outros pescadores na zona tampão. Nessa situação, por causa dos pequenos intervalos de maré, quando há espaço para um único lanço, os mestres tiram a sorte para ver quem lança primeiro a rede. Uma vez que a ordem é estabelecida um marcador de maré, geralmente uma estaca de madeira na margem, determina a seqüência dos direitos do lanço. Não mais que um lanço é permitido por barco durante a maré. Nessas circunstâncias os mestres decidem se devem ou não permanecer no lugar. Em geral esse padrão seqüencial de lanços funciona bem, mas algumas vezes um barco não consegue fazer o cerco no tempo devido. Se no entanto o barco seguinte começa a lançar a rede, ambas podem ficar emaranhadas.

Dentro de um pesqueiro da comunidade, mesmo quando os direitos são claramente definidos, podem ocorrer acidentes mesmo que os barcos façam os lanços guardando uma distância segura um do outro. Ocasionalmente um lugar de lanço pode coincidir com o outro mais acima ou abaixo que pertence a uma diferente fase do ciclo da maré. Quando isso acontece, os pescadores podem observar corretamente os limites espaciais mas calcular mau os limites do tempo. Ainda que esses acidentes possam parecer superficiais, apresentam um potencial de desorganização das relações sociais na pesca.

Os pescadores de canoa aceitam como normal uma certa quantidade de competição e confusão na definição dos limites dos pesqueiros. A tolerância em relação a esses limites depende da medida em que os competidores estejam ligados pelo código de honra. Dentro desses limites, que variam entre indivíduos e grupos sociais, os pescadores tentam maximizar as chances de êxito na pesca. Não é fora do comum mestres oferecerem bebida a tripulações competidoras, na intuição de que fiquem bêbadas e não consigam chegar a tempo nos pesqueiros.

Quando existe um conflito sério, a maioria dos mestres prefere tratar com deferência os outros mestres e não usar a força. Essas concessões podem parecer sinais de fraqueza. No entanto, o comportamento de não interferência aumenta a respeitabilidade do

mestre, mantém a ética da cooperação e deixa os outros mestres em dívida. Um mestre sabe quem pode ou não ser confiável, afim de respeitar os limites da competição e da honra. Uma outra tática minimiza o encontro com outros pescadores concorrentes.

Quando um mestre deseja pescar fora do sistema de direitos de propriedade, ele anuncia a sua intenção com vários dias de antecedência em um bar local onde outros pescadores estão presentes como testemunhas. Ele deve anunciar o nível de maré ou as seqüências em que lançará as rede, procedimento conhecido como “publicar o lanço”. Para assegurar sua reivindicação, o mestre deve ir para o pesqueiro escolhido no dia anterior à pesca e deixar ancorada uma canoa com os remos ficados para anunciar que o espaço foi tomado.

O desrespeito a essas regras pode gerar efeitos devastadores. A pressão social coletiva para o respeito à ética de pesca se reflete “no olho do povo”, reminiscência de restrições morais e éticas existentes na pesca de palauana e descritas no título do livro de R. E. Joannes (1981) “Words of the Lagoon”.

Da mesma forma como os que seguem o respeito são recompensados, a comunidade pode retirar os benefícios e a reciprocidade aos pescadores que não seguem os preceitos e que freqüentemente criam conflitos. As sanções mais severas ocorrem quando um grupo inteiro de mestres nega os direitos de uso territorial ao pescador renitente. Os procedimentos de defesa do território funcionam de várias maneiras, como a sabotagem do equipamento, a colocação de uma canoa à deriva na maré etc. Essas táticas de negação de cooperação são incentivos poderosos para que os pescadores renitentes se corrijam ou deixem a comunidade.

As atividades em terra reforçam a cooperação. A comercialização de peixe, a obtenção de iscas, a construção de canoas, o empréstimo de aparelhos de pesca, o remendo de redes e velas, a identificação de membros da tripulação, a divulgação de informações sobre o tempo e capturas são ocasiões para a troca de pequenos favores. Alguns favores são mais importantes que outros – como o reboque de uma canoa, o estender da linha, o transporte de madeira do mangue para a construção de casas. Todas essas trocas criam um clima de boa vontade na pesca. Provavelmente, a demonstração mais explícita de cooperação e respeito ocorre durante o pico da safra do bagre, em junho e julho. Os pesqueiros mais procurados nessa época são estreitos devido as flutuações da maré, elevando as possibilidades de conflitos sobre o espaço da pesca. Para amenizar as restrições do sistema de pesca nesse período, os pescadores organizam associações temporárias que se dissolvem ao final desse mesmo período. Isso é muito prático, pois os bagres entram no estuário em grandes cardumes e dificilmente podem ser capturados por um único barco. Se a produção é grande demais para ser acomodada em vários barcos, a rede de uma tripulação servirá como viveiro.

Uma outra ocasião importante para troca de favores ocorre durante a comercialização do pescado. Alguns mestres são também comerciantes de peixe (pataqueiros) e deveriam ter uma licença da prefeitura, mas não existe muito controle sobre essas atividades. O pescador pode sempre encontrar mercados clandestinos onde atravessadores pagam menos que o mercado oficial. Vender peixe a um pataqueiro evita o pagamento de taxas e a necessidade de subir o rio para descarregar o peixe no mercado. O problema de vender o peixe aos pataqueiros é que esses dificilmente pagam a vista.

Dada a maneira com que os pataqueiros operam, deve haver uma boa dose de confiança nas operações de venda e compra de peixe. Vender fiado representa depositar confiança na reputação dos atravessadores e os outros pescadores que presenciam a transação são testemunhas da confiança e respeito mútuo entre esses e o pescador. Se o preço é negociado, o pataqueiro deve arcar com perdas eventuais, reforçando o “respeito” entre as partes. No caso do pataqueiro não cumprir suas obrigações, as testemunhas da transação podem sempre pressionar para que ele cumpra o acordo, espalhando boatos e fofocas.

Para os pescadores de canoa da Bahia, talvez a maior demonstração da ética de cooperação ocorra no contexto do compadrio, com seu ritual e obrigações. Em novembro, durante a estação chuvosa, começa a safra da pesca de calão, sobretudo nos pesqueiros mais longínquos. Quando os barcos deixam o porto rio acima se dirigindo para as extremidades das áreas de pesca, os conflitos entre as comunidades podem começar. Uma maneira de acessar novos territórios e poder pescar de forma segura em águas próximas a comunidades vizinhas é tornar-se um compadre.

O primeiro passo para se tornar um compadre é vender peixe a um pataqueiro local, distribuir peixes como presente a algumas pessoas e, se a safra for boa, pagar rodadas de cerveja a amigos. Depois dessa demonstração inicial de boa vontade, um mestre pode se dispor a ser padrinho do filho do pescador. Tais relações são frequentemente estabelecidas após um breve conhecimento da pessoa; seu maior benefício é conseguir direitos de pesca que podem se estender por vários anos.

Alternativamente, um mestre que planeja pescar próximo a outra comunidade pode recrutar uma tripulação junto a um compadre local. Essa medida pode assegurar um bom tratamento à tripulação na pesca e reduz os riscos de conflito durante as seqüências de lançamento de redes. Alguns pescadores somente arriscam pescar em áreas de divisa entre comunidades quando têm compadres nesses povoados.

O sistema de compadrio estabelece um grupo de pescadores ligados pelo “respeito” e é parcialmente responsável pela extensão da cooperação nas atividades pesqueiras da comunidade. Os pescadores de calão, em particular, têm grandes relações de compadrio em vários povoados.

Desunião e manutenção da paz

De tempos em tempos, a competição territorial maximiza conflitos sobre os direitos de pesca. Nesses casos, controles sociais mais estritos podem entrar em funcionamento. A maioria dos mestres é adepta do “olho por olho, do “dente por dente”, e reconhece o perigo da impunidade aos que violam acordos, uma vez que esses podem insistir nessas práticas. Para reprimir quem anda fora da trilha, pessoas que possuem boa reputação e desempenham papel ativo na vida da comunidade – geralmente mestres aposentados, mas em alguns casos viúvas de pescadores – servem como mediadoras (conselheiras). Elas são muito procuradas para dar conselhos, exortando os pescadores a manter o respeito em momentos de controvérsia.

Ainda que geralmente incursões mais ou menos deliberadas em territórios de pesca alheios sejam as principais causas de disputas, não são as únicas. As disputas são

consideradas como situações de desunião que apresentam formas características e passam por diferentes fases (Yngvesson, 1978). Disputas prolongadas podem perdurar por gerações e motivar atos de vingança.

As controvérsias tendem a começar com problemas em terra que são transportados para o domínio da pesca. Como resultado de alguns desacordos que acontecem nessas situações, alguns mestres podem exigir acesso a pesqueiros de outros. Quando as reivindicações territoriais não são resolvidas, os proprietários têm vários modos de retaliação: roubo de peixe, de equipamento, afundar canoas, uso de galhos de árvores para rasgar redes e, em último caso, brigas com foices e machados.

Em disputas sérias, uma vez que os pescadores consideram possuir o direito de vingança e que suas comunidades estão fora da jurisdição do estado e dos municípios, não estão dispostos a procurar autoridades policiais locais para que os conflitos sejam resolvidos legalmente. Segundo a lei brasileira, as jurisdições sobre a terra e o mar são separadas e a marinha, historicamente, tem controlado certas atividades na pesca, como por exemplo o registro das embarcações. Entretanto, a maioria dessas regulamentações não chega a abranger o mangue e os pescadores têm pouca experiência com as autoridades navais. Seu único contato é com os capatazes que, na maioria das vezes, nada fazem para resolver conflitos, criando uma situação que reforça a marginalização dos pescadores.

Devido à distância com as autoridades, os pescadores julgam que não pode ser perseguidos em terra por irregularidades cometidas na pesca. Um pescador acusado de crime vai se esconder no mangue até que as coisas se acalmem; nesse “território federal”, ele se julga seguro. Os pescadores sabem como explorar sua marginalidade, jogando com o que julgam ser uma ambigüidade: os crimes cometidos no mar não podem ser julgados em terra e por isso se vêem livres para exercer a vingança em suas disputas.

Conflitos sobre pesqueiros também podem ter origem em brigas familiares (infidelidade, disputas por mulheres, desacordo sobre herança). Para explicar a tomada de um pesqueiro pela força em represália à quebra de acordos, os pescadores citam uma pre-condição psicológica que pode ser descrita como uma mistura de raiva e choque: a pessoa fica apavorada. Uma confrontação no pesqueiro, especialmente quando alguém sai ferido, causa um trauma na comunidade: são feitas ameaças e contra-ameaças num clima de barulho.

Há somente um meio de terminar as hostilidades entre os mestres, as tripulações e as famílias e restaurar as boas relações deterioradas com os confrontos: a ação do conselheiro, que deve promover a reconciliação, invocando o respeito e a ética da cooperação, fazendo apelos ao bom senso e usando estratégias para “salvar a cara” dos beligerantes e não carregar mágoas. Se a estratégia obter êxito, pode levar à “troca de finezas”: um presente, o reboque da canoa., pequenas concessões que podem renovar as relações de cooperação. Um ponto central, no entanto, é o restabelecimento do respeito, que pode evitar os desafios decorrentes da apropriação territorial dos espaços aquáticos.

A regulamentação da pesca.

A marginalidade não exclui mecanismos efetivos de controle social e manejo territorial costeiro na pesca do sul da Bahia. Ainda que queiram possuir um pedaço de terra, os pobres que vivem no litoral se organizam para controlar um pedaço de água. A importância da marginalização e dos contatos pessoais como adaptação às exigências da pesca marcada pelas marés lunares deve ser enfatizada. Não existem alternativas de emprego fora da pesca e nesse sentido os sistemas de manejo pesqueiro descritos anteriormente tornam-se economicamente importantes. Obrigações recíprocas entre mestres e aprendizes resultam em segurança.

A segurança também decorre pelo fato da socialização, da alimentação e cuidado com as crianças serem distribuídas entre muitas famílias. Ainda que a família nuclear seja a unidade mais comum, mudanças na vida das pessoas resultam em padrões fluidos de amizade e co-residência. Laços de sangue motivam a união das pessoas, mas não são garantias de relações duradouras. Nesse sentido, a rede de relações sociais dos homens tem precedência sobre a família e outros grupos domésticos como unidade central nas comunidades de pescadores. No interior dessa rede, os homens dependem dos favores de outros para manter seu modo de vida e dos seus descendentes. Eles estão dispostos a cada momento a explorar relações inter-pessoais para conseguir o que precisam, mas essas manobras são executadas com fineza, espontaneidade e afeição genuína (o “jeito”), e não por manipulação grosseira. Ainda que essas qualidades não sejam exclusivamente brasileiras e vinculadas à marginalidade, elas permeiam as atividades dos pescadores e seu comportamento na rede de relações com amigos e compadres. Estender os direitos de acesso aos pesqueiros no contexto do compadrio, resolver disputas que aumentam a boa reputação, pagar rodadas de cerveja para mostrar prestígio – todas essas atividades se desenrolam num contexto de escassez e reciprocidade.

Ações destinadas a manter a reputação, mostrando uma humildade que direta ou indiretamente controla a competição na pesca, talvez tenham sido emprestadas do sistema de classes e raças existente na região. Os pobres da Bahia, sobretudo os negros, são obrigados a demonstrar humildade para ganhar a proteção dos ricos. É interessante observar como os pescadores transportaram essas relações para seus objetivos e suas hierarquias.

Os pescadores de canoa gostam de imitar e zombar dos ricos a título de *noblesse oblige*. Esse é o espírito com que um mestre de pesca, vendo uma grande plantação de coco numa fazenda, apontou para o mangue e exclamou: essa fazenda é minha.

O manejo da pesca tradicional de calão é socialmente difuso e envolve decisões coletivas. A configuração da propriedade territorial enquanto tal não é o fator que controla a pesca. A apropriação dos pesqueiros é, antes de tudo, uma extensão dos laços de cooperação que os pescadores cultivam entre si. Os direitos de acesso regulam a participação na pesca e o sistema de aprendizado limita o acesso de novos pescadores, restringindo a pressão sobre os estoques.

Impactos do desenvolvimento

O fato de o manejo dos pesqueiros poder ser legitimado somente por mecanismos informais, como o respeito, o torna vulnerável às mudanças da tecnologia e do mercado em expansão. Pescadores tradicionais são muito vulneráveis ao deslocamento territorial,

perda de direitos de acesso a recursos naturais e pirataria. Além disso, possuem poucos mecanismos de defesa contra empresários externos e pescadores não-residentes que não têm razões para respeitar os costumes locais e podem entrar nos pesqueiros, praticando a pesca predatória. O código do respeito na pesca de calão perde sua razão de ser e se desorganiza quando não existe mais nada a ganhar pela cooperação ou pelo prestígio tradicional e autonomia.

Os conflitos com os pesqueiros começaram há algum tempo e já em 1970 havia redes de nylon competindo com aparelhos de pesca tradicionais pelas mesmas espécies e territórios de pesca. Muitas dessas redes foram introduzidas através de projetos de desenvolvimento subsidiados por agências de governo. Pescadores de fora eram incapazes de coexistir pacificamente com os locais e os conflitos logo começaram. Essa nova rivalidade alterou a distribuição de equipamentos ao redor do porto de Valência, bem como a concentração de aparelhos de pesca e propriedade dos barcos nas diferentes categorias de pesca. As redes tradicionais começaram a ser abandonadas e substituídas por outras técnicas, como espinhéis e currais, de uso sazonal e de propriedade privada. No geral, a pesca com redes diminuiu desde 1970, mas a rede de cerco, bem adaptada às condições estuarinas, à organização social e aos padrões de distribuição entre as vizinhanças pobres, aos poucos está se recuperando.

O resultado desses conflitos é que os recursos pesqueiros foram prejudicados nos estuários, gerando excessiva especulação e pesca predatória de espécies locais. Estudos anteriores (Cordell, 1973) do Delta de Valença demonstraram o enfraquecimento da pesca de canoas com a chegada da rede de nylon. Desde 1970 começaram a surgir problemas com a conservação ambiental na costa sul da Bahia, atingindo o arquipélago dos Abrolhos. Não somente o crescimento das atividades pesqueiras mas também a exploração de petróleo, construção naval, turismo, indústria de papel, agricultura, maricultura e processamento mineral aumentaram consideravelmente na região. Novas estradas foram abertas, facilitando o acesso ao grande mercado do sul do país e da capital, Salvador. Os maiores níveis de aumento das atividades pesqueiras foram identificados ao redor das cidades maiores, desde áreas de mangue até o mar aberto, a uma profundidade de 50 metros, correspondente ao limite de uso da pesca artesanal.

As pressões mais visíveis advêm da introdução das redes de nylon e da invasão dos pesqueiros pela pesca industrial que ilegalmente lançam suas redes de arrasto a profundidades de 20 e 50 metros. Esses arrastos de camarão competem com os territórios e equipamentos de pesca artesanais, freqüentemente causando danos irreparáveis a esses últimos, particularmente nas épocas de reprodução de espécies, durante as quais pescadores artesanais e indústrias competem pelo mesmo espaço de trabalho.

Em anos recentes, o preço do pescado subiu e a pesca nas áreas costeiras é incapaz de suprir os mercados em expansão. Grandes barcos provenientes de outros estados brasileiros começaram a pescar intensamente na costa sul da Bahia, descarregando sua captura nos portos de origem, forçando a Bahia a importar pescado a preços elevados. Os estuários começaram a ser explorados tão intensivamente que os únicos peixes disponíveis nos mercados locais são a corvina congelada proveniente de São Paulo, o bacalhau da Nova Escócia e o salmão enlatado do Alasca.

Em Valença e outros portos do sul, a diminuição da pesca levou à intensificação da coleta de mariscos, o que causou à migração de pescadores artesanais locais para essa atividade.

Enquanto parte dos pescadores continua com seus apetrechos de pesca tradicionais, outros passaram a depender dos comerciantes e das firmas localizadas em Salvador e outras cidades. Essas equipam trabalhadores das cidades locais com redes de nylon, muitos dos quais com pouca ou nenhuma experiência anterior com a pesca e trabalhando por salários aviltantes. Enquanto os mestres tradicionais tendem a usar seus equipamentos com cuidado, os recém-chegados avançam sobre os estuários e os mangues, invadindo pesqueiros manejados, causando a destruição crescente dos recursos. Não é a inovação tecnológica enquanto tal que é destrutiva, mas a forma pela qual as mudanças operam, desorganizando o sistema tradicional de apropriação dos recursos, removendo os incentivos à cooperação e à autonomia territorial de que necessitam os grupos locais para pescar de forma sustentável e sem conflitos. Estes conflitos na pesca do sul a Bahia demonstram que a “tragédia dos comuns” pode ser contida pelas formas tradicionais de apropriação dos pesqueiros, ao mesmo tempo em que pode ser gerada pela desorganização dessas instituições.

Conclusões

A visão convencional, segundo a qual a pesca é invariavelmente de acesso aberto, e o argumento de que a marginalização social inibe ações coletivas construtivas não levam em consideração o que existia na Bahia antes da vinda dos pescadores externos: os pescadores tradicionais manejam, com sucesso, a pesca estuarina. Ambas teorias partem do pressuposto que não existe relação ou inter-dependência estratégica entre pescadores que usam os recursos de forma comunal (Runge, 1983). Ambos enfoques contêm um certo cinismo sobre a natureza humana e não comportam um enfoque comunitário. No caso da Bahia, a apropriação dos pesqueiros é um mecanismo adequado de alocação de recursos naturais escassos e a pobreza reforça uma organização social cooperativa.

Com a extensão da jurisdição marítima, muitos países, incluindo o Brasil, assumem novos poderes e responsabilidades no manejo dos recursos sem possuir um sistema de referência coerente ou um fórum para avaliar as reivindicações dos pescadores, sobretudo os tradicionais, ou para definir e justificar uma nova distribuição dos direitos de pesca. Os argumentos sobre a relativa superioridade da propriedade pública ou privada desconhecem o valor e a legitimidade de uma terceira categoria, a propriedade coletiva. Este estudo oferece razões práticas para o desenvolvimento de um sistema de apropriação social na pesca estuarina, sugerindo as razões pelas quais o Governo deveria apoiar essas instituições. Uma pesca produtiva e sustentável exige regulamentações de acesso aos recursos. Os pescadores necessitam de garantias na manutenção dos sistemas tradicionais e o reconhecimento da importância dos seus procedimentos de manejo.

Se o Brasil e outros países tropicais desejam introduzir o manejo pesqueiro, devem estar preparados para levar em consideração um grande leque de direitos tradicionais de acesso aos recursos. A grande força do manejo nos países do Terceiro Mundo reside nos sistemas nativos, baseados não na burocracia oficial, mas nas instituições informais, normas e organizações cooperativas dos próprios pescadores.

É difícil convencer as autoridades que tais sistemas existem no sul da Bahia e que devem ser preservados. Os regulamentos dos pescadores não são “científicos” e de alguma forma são invisíveis aos não-iniciados. Sistemas de apropriação social dos recursos é uma riqueza invisível, criada e mantida com finalidades materiais e não-materiais. No entanto, sob o manto de comunidades de pescadores pobres, existem soluções para os problemas de manejo e distribuição de recursos marinhos. Em um contexto tradicional, elas minimizam os conflitos e diminuem as pressões sobre os recursos naturais ao limitar o número de pessoas e tipos de petrechos de pesca que podem ser usados, de forma compatível com as características da pesca artesanal. Ao lado do conhecimento ecológico sobre o mar, os sistemas de apropriação coletiva dos espaços e recursos pesqueiros são recursos valiosos em si, dignos de algum tipo de proteção formal.

A pesca é uma das poucas alternativas econômicas para os pobres das regiões costeiras da Bahia e em outras áreas do Nordeste brasileiro. O estabelecimento de sistemas de manejo tradicional, com leis não escritas, ajuda os pescadores locais a transcender sua condição de marginalidade social. Os direitos da pesca, no lugar dos direitos à terra que parecem estar longe de seu alcance, atribuem uma identidade de grupo aos pescadores, algum sentido de segurança e a oportunidade de possuir algo numa sociedade tão estratificada, como é aquela do Nordeste brasileiro. Paradoxalmente, a marginalidade que os mantém pobres também lhes proporciona a independência para inventar e falar abertamente de seus direitos do mar e, algumas vezes, para cantar como pássaros e dançar, enquanto caminham.

Bibliografia